

Sumário

| | |
|--|------------|
| Apresentação | xxi |
| Prefácio | xxv |
| Capítulo I – Delimitação do Estudo sobre o Direito das Coisas | 1 |
| 1.1. Nomenclatura: Direito das Coisas ou Direitos Reais? | 1 |
| 1.2. Conceito | 2 |
| 1.3. Características | 3 |
| A) Oponibilidade Contra Todos | 3 |
| B) Aderência ou Inerência | 3 |
| C) Ambulatoriedade | 4 |
| D) Seqüela | 4 |
| E) Publicidade | 4 |
| F) Taxatividade | 5 |
| G) Perpetuidade | 7 |
| H) Preferência | 9 |
| 1.4. Diferenças para os Direitos Pessoais | 9 |
| 1.5. Conteúdo do Direito das Coisas | 10 |
| 1.6. Obrigação Propter Rem | 11 |
| 1.7. Sub-Rogação Real | 12 |
| 1.8. Patrimônio de Afetação | 13 |
| Capítulo II – Da Posse e sua Classificação | 17 |
| 2.1. Conceito | 17 |
| A) Teoria Subjetiva de Savigny | 17 |
| B) Teoria Objetiva de Ihering | 19 |
| C) Teoria Social da Posse | 22 |
| 2.2. Posse de Direitos Pessoais | 26 |
| 2.3. Natureza Jurídica da Posse: Fato ou Direito? | 27 |
| 2.4. A Detenção | 30 |
| 2.5. Desdobramento da Posse: Posses Paralelas Direta e Indireta | 33 |
| 2.6. Classificação da Posse | 36 |
| A) Posse Exclusiva e Composse | 36 |
| B) Posse Justa e Posse Injusta | 38 |
| C) Posse de Boa-Fé e Posse de Má-Fé | 40 |
| D) Posse Nova e Posse Velha | 43 |
| E) Posse Ad Interdicta e Posse Ad Usucapionem | 44 |

| | |
|--|-----------|
| 2.7. Convalescimento da Posse Precária e a Intervenção do Caráter da Posse | 45 |
| 2.8. Posição Mais Favorável do Possuidor | 49 |
| Capítulo III – Da Aquisição, Transmissão e Perda da Posse | 51 |
| 3.1. Modos de Aquisição | 51 |
| 3.2. Aquisição da Posse na Sucessão Hereditária | 52 |
| 3.3. Constituto Possessório | 53 |
| 3.4. Adquirente da Posse | 55 |
| 3.5. Transmissão da Posse | 56 |
| 3.6. Perda da Posse | 57 |
| 3.7. Perda da Posse Não Presenciada pelo Possuidor | 60 |
| Capítulo IV – Efeitos da Posse | 63 |
| 4.1. Os Interditos Possessórios..... | 63 |
| A) A Autotutela na Defesa da Posse | 63 |
| B) Ação de Interdito Proibitório | 66 |
| C) Ação de Manutenção de Posse | 66 |
| D) Ação de Reintegração de Posse..... | 67 |
| E) Ação de Embargos de Terceiros Possuidores..... | 67 |
| F) Ação de Imissão de Posse | 68 |
| 4.2. Aspectos Relevantes nas Ações Possessórias | 69 |
| A) Princípio da Fungibilidade das Ações Possessórias..... | 69 |
| B) Cumulação de Pedidos nas Ações Possessórias | 70 |
| C) Caráter Dúplice das Ações Possessórias..... | 70 |
| D) A Exceção de Domínio nas Ações Possessórias | 71 |
| E) A Liminar Possessória | 75 |
| 4.3. Da Ação Possessória em Face de Terceiro Adquirente..... | 76 |
| 4.4. Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação aos Frutos | 77 |
| 4.5. Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação à Responsabilidade Civil pelo Perecimento do Bem | 78 |
| 4.6. Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação às Benfeitorias..... | 78 |
| 4.7. Direito de Retenção | 79 |
| 4.8. Compensação entre o Dano Sofrido e Benfeitoria Realizada | 81 |
| Capítulo V – Da Propriedade | 83 |
| 5.1. Conceito e Características da Propriedade | 83 |
| 5.2. Legitimidade do Detentor para a Ação Reivindicatória | 85 |
| 5.3. Função Social da Propriedade | 86 |
| 5.4. Abuso do Direito de Propriedade | 90 |
| 5.5. A Expropriação Social do Artigo 1.228, §§ 4º e 5º, do Código Civil Brasileiro ... | 91 |
| A) Semelhança da Expropriação Privada com a Usucapião | 93 |
| B) Semelhança da Expropriação Privada com a Desapropriação | 94 |
| 5.6. Limites ao Direito de Propriedade | 94 |
| 5.7. Da Descoberta | 96 |

| | |
|--|------------|
| Capítulo VI – Da Aquisição da Propriedade | 101 |
| 6.1. Sistemas de Aquisição da Propriedade..... | 101 |
| 6.2. Aquisição a Título Singular e Universal | 102 |
| 6.3. Aquisição Originária e Derivada | 102 |
| 6.4. Modos de Aquisição da Propriedade Imóvel..... | 103 |
| A) Usucapião | 103 |
| A.1) Generalidades, Natureza Jurídica, Fundamento e Conceito..... | 103 |
| A.2) Usucapião: Modo Originário ou Derivado de Aquisição da Propriedade?..... | 105 |
| A.3) Requisitos Genéricos..... | 107 |
| A.3.1) Posse Ininterrupta ou Contínua..... | 107 |
| A.3.2) Posse sem Oposição | 109 |
| A.3.3) Posse Com Intenção de Dono (<i>Animus Domini</i>) | 109 |
| A.3.4) Bem Hável a ser Usucapido (<i>Res Habilis</i>)..... | 110 |
| A.3.5) Tempo..... | 113 |
| A.3.6) Ausência de Causas Preclusivas ao Curso do Prazo de Prescrição Aquisitiva | 113 |
| A.3.7) A Sentença é Requisito? | 114 |
| A.3.8) Efeito Retroativo da Usucapião..... | 117 |
| A.4) Legitimação para Usucapir | 118 |
| A.5) Modalidades de Usucapião de Imóveis | 119 |
| A.5.1) Usucapião Extraordinária | 119 |
| A.5.2) Usucapião Ordinária | 120 |
| A.5.3) Usucapião Especial Urbana (Pro Moradia) | 122 |
| A.5.4) Usucapião Especial Rural (Pro Labore) | 124 |
| A.6) A Concessão de Uso Como Direito Real Resolúvel | 125 |
| A.7) Direito Intertemporal na Usucapião | 131 |
| B) Aquisição da Propriedade Imóvel pelo Registro no Cartório Imobiliário ... | 133 |
| B.1) Generalidades..... | 133 |
| B.2) Atos do Registro de Imóveis | 134 |
| B.3) Atributos do Registro de Imóveis..... | 136 |
| B.4) Eficácia do Registro de Imóveis..... | 138 |
| B.5) Presunção Relativa de Veracidade do Registro | 138 |
| B.6) A Prenotação do Título no Cartório de Imóveis | 138 |
| B.7) Procedimento Administrativo de Dúvida | 139 |
| C) Acessões Imobiliárias | 140 |
| C.1) Conceito, Natureza Jurídica e Fundamento..... | 140 |
| C.2) Modalidades de Acessões Naturais ou Contínuas..... | 141 |
| C.2.1) Acesso por Formação de Ilhas | 141 |
| C.2.3) Aluvião | 142 |
| C.2.4) Avulsão | 143 |
| C.2.5) Álveo Abandonado | 143 |
| C.3) Acessões Artificiais, Industriais ou Discretas (Construções e Plantações)..... | 144 |

| | |
|--|-----|
| D) Sucessão Hereditária | 150 |
| E) Territórios Ocupados por Quilombos | 150 |
| F) Legitimação de Posses | 157 |
| 6.5. Aquisição da Propriedade Móvel | 171 |
| A) Ocupação | 171 |
| B) Tesouro | 172 |
| C) Tradição | 172 |
| D) Especificação | 176 |
| E) Da Confusão, da Comistão e da Adjunção | 177 |
| F) Usucapião | 177 |
| Capítulo VII – Perda da Propriedade | 179 |
| 7.1. Disposições Gerais | 179 |
| 7.2. Modalidades de Perda da Propriedade | 179 |
| A) Alienação | 179 |
| B) Renúncia | 180 |
| C) Abandono | 181 |
| D) Perecimento da Coisa | 183 |
| E) Desapropriação | 183 |
| Capítulo VIII – Dos Direitos de Vizinhança | 185 |
| 8.1. Introdução, Conceito e Natureza Jurídica | 185 |
| 8.2. Diferença entre Direito de Vizinhança e Servidão Predial | 186 |
| 8.3. Modalidades | 188 |
| A) Uso Anormal da Propriedade | 188 |
| B) Uso Anormal da Propriedade Referente ao Direito de Construir | 195 |
| C) Árvores Limítrofes | 197 |
| D) Passagem Forçada | 199 |
| E) Passagem de Cabos e Tubulações | 200 |
| F) Águas | 201 |
| F.1) Escoamento Natural das Águas que Fluem do Prédio Superior | 201 |
| F.2) Escoamento Artificial das Águas que Fluem do Prédio Superior | 202 |
| F.3) Direito ao Uso das Fontes Naturais | 202 |
| F.4) Direito de Aqueduto | 203 |
| F.5) Proibição de Poluir Águas | 204 |
| F.6) Direito de Represamento | 205 |
| G) Limites Entre Prédios | 206 |
| H) Direito de Tapagem | 208 |
| I) Direito de Construir | 209 |
| I.1) Estilicídio | 209 |
| I.2) Preservação do Direito à Privacidade | 210 |
| I.3) Prazo Decadencial para o Desfazimento da Obra | 211 |
| I.4) Direito de Travejamento | 212 |
| I.5) Parede Divisória e Parede-Meia | 212 |
| I.6) Alteamento | 213 |

| | |
|--|------------|
| 1.7) Direito de Penetração e Responsabilidade Civil..... | 213 |
| 1.8) Limites Publicísticos ao Direito de Construir..... | 215 |
| Capítulo IX – Do Condomínio Geral | 217 |
| 9.1. Conceito e Natureza Jurídica..... | 217 |
| 9.2. Direitos e Deveres dos Condôminos | 219 |
| 9.3. Da Divisão e Extinção do Condomínio..... | 224 |
| 9.4. Da Administração do Condomínio | 227 |
| 9.5. Do Condomínio Necessário | 229 |
| Capítulo X – Do Condomínio Edilício | 231 |
| 10.1. Breves Antecedentes Históricos..... | 231 |
| 10.2. Natureza Jurídica..... | 232 |
| 10.3. Regime Jurídico das Titularidades no Condomínio Edilício | 234 |
| 10.4. Regimes Jurídicos da Garagem no Condomínio Edilício..... | 236 |
| 10.5. Constituição do Condomínio Edilício..... | 238 |
| 10.6. Convenção de Condomínio: Conceito, Natureza Jurídica, Requisitos de Constituição e Efeitos Jurídicos..... | 240 |
| 10.7. Regimento Interno..... | 243 |
| 10.8. Direitos Básicos dos Condôminos | 244 |
| 10.9. Deveres Básicos dos Condôminos | 245 |
| 10.10. Efeitos da Mora do Condômino | 250 |
| 10.11. Multa ao Condômino por Infração às Normas Condominiais..... | 256 |
| 10.12. Condômino Nocivo e Anti-Social: Consequências Jurídicas..... | 258 |
| 10.13. Natureza Jurídica da Cota Condominial..... | 262 |
| 10.14. Da Administração do Condomínio | 263 |
| A) Síndico | 264 |
| B) Conselho Consultivo | 266 |
| C) Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária | 267 |
| D) Conselho Fiscal | 269 |
| 10.15. Seguro Contra Riscos de Incêndio e Destruição | 269 |
| 10.16. Responsabilidade Civil do Condomínio Frente aos Condôminos..... | 270 |
| 10.17. Da Extinção do Condomínio | 271 |
| Capítulo XI – Da Propriedade Temporária..... | 273 |
| 11.1. Propriedade Resolúvel..... | 273 |
| 11.1.1. Conceito..... | 273 |
| 11.1.2. Natureza Jurídica | 275 |
| 11.1.3. Aplicação Prática | 275 |
| 11.1.4. Efeitos | 276 |
| 11.2. Propriedade Revogável | 278 |
| Capítulo XII – Propriedade Aparente | 281 |
| Capítulo XIII – Propriedade Superficiária no Código Civil | 283 |
| 13.1. Conceito e Natureza Jurídica..... | 283 |

| | |
|---|------------|
| 13.2. Referência Histórica..... | 286 |
| 13.3. Institutos Análogos | 288 |
| A) Locação Urbana ou Rural..... | 288 |
| B) Parceria Agrícola..... | 288 |
| C) Enfitese | 288 |
| D) Servidão Predial..... | 289 |
| E) Concessão de Uso como Direito Real Resolúvel..... | 290 |
| 13.4. Modos de Constituição | 290 |
| A) Contrato ou Testamento..... | 290 |
| B) Usucapião..... | 291 |
| C) Decisão Administrativa..... | 291 |
| 13.5. Conteúdo e Características | 292 |
| 13.6. Responsabilidade pelas Obrigações Propter Rem | 294 |
| 13.7. Direito de Preferência..... | 295 |
| 13.8. Direito de Sobrelevação..... | 296 |
| 13.9. Extinção | 296 |
| 13.10. Breves Diálogos com o Estatuto da Cidade | 298 |
| Capítulo XIV – Dos Direitos Reais sobre as Coisas Alheias | 301 |
| 14.1. Da Servidão Predial..... | 301 |
| 14.1.1. Conceito..... | 301 |
| 14.1.2. Características | 302 |
| A) Gravame Real Imobiliário..... | 302 |
| C) A Servidão Predial Não Se Presume..... | 303 |
| D) Inalienável | 304 |
| E) Indivisível..... | 304 |
| F) Perpétua..... | 305 |
| G) Acessoriedade | 305 |
| H) Ilimitada..... | 306 |
| 14.1.3. Modos de Constituição | 306 |
| A) Por Ato de Vontade | 306 |
| B) Por Destinação do Proprietário..... | 307 |
| C) Decisão Judicial..... | 308 |
| D) Usucapião..... | 309 |
| 14.1.4. Classificação..... | 311 |
| A) Servidões Urbanas e Rústicas..... | 311 |
| B) Servidões Positivas e Negativas..... | 312 |
| C) Servidões Aparentes e Não Aparentes..... | 312 |
| D) Contínuas e Descontínuas..... | 314 |
| E) Servidão Administrativa..... | 314 |
| 14.1.5. Direitos e Deveres Decorrentes do Exercício das Servidões Prediais... | 315 |
| 14.1.6. Extinção da Servidão..... | 319 |
| A) Renúncia | 320 |
| B) Cessação da Utilidade | 320 |

| | |
|--|-----|
| C) Resgate..... | 320 |
| D) Confusão | 321 |
| E) Supressão das Obras | 321 |
| F) Não Uso..... | 321 |
| G) Desapropriação | 322 |
| H) Usucapio Libertatis..... | 322 |
| 14.2. Usufruto..... | 323 |
| 14.2.1. Conceito..... | 323 |
| 14.2.2. Objeto | 324 |
| 14.2.3. Modos de Constituição | 326 |
| A) Contrato | 326 |
| B) Testamento | 327 |
| C) Usucapião | 329 |
| D) Lei..... | 330 |
| E) Sentença Judicial..... | 331 |
| F) Sub-Rogação | 331 |
| 14.2.4. Características | 331 |
| A) Direito Real..... | 331 |
| B) Caráter Personalíssimo | 332 |
| C) Temporalidade | 332 |
| D) Inalienabilidade | 332 |
| 14.2.5. Institutos Análogos | 333 |
| A) Fideicomisso | 333 |
| B) Comodato e Locação..... | 335 |
| 14.2.6. A Situação Jurídica do Credor Frente à Constituição do Usufruto... | 336 |
| 14.2.7. Direitos do Usufrutuário..... | 337 |
| 14.2.8. Dos Deveres do Usufrutuário | 340 |
| 14.2.9. Da Extinção do Usufruto | 344 |
| A) Renúncia | 345 |
| B) Morte do Usufrutuário | 345 |
| C) Advento do Termo | 345 |
| D) Implemento da Condição..... | 346 |
| E) Extinção da Pessoa Jurídica | 346 |
| F) Cessação do Motivo de que se Origina | 346 |
| G) Cessação da Causa para o Usufruto Legal | 347 |
| H) Destruição da Coisa Dada em Usufruto | 347 |
| I) Consolidação | 347 |
| J) Resolução do Contrato por Culpa do Usufrutuário | 347 |
| L) Não-Uso | 348 |
| 14.2.10. Extinção do Co-Usufruto | 349 |
| A) Extinção do Co-Usufruto em Decorrencia de Ato Inter Vivos... | 349 |
| B) Extinção do Co-Usufruto em Decorrencia de Ato Mortis Causa.. | 349 |
| 14.3. Do Uso | 350 |
| 14.3.1. Conceito e Efeitos Jurídicos | 350 |

| | |
|--|------------|
| 14.3.2. Concessão de Uso como Direito Real Resolúvel..... | 351 |
| 14.4. Da Habitação..... | 351 |
| 14.4.1. Conceito e Efeitos Jurídicos..... | 351 |
| Capítulo XV – Compromisso de Compra e Venda de Imóvel..... | 355 |
| 15.1. Conceito e Natureza Jurídica..... | 355 |
| 15.2. Breve Evolução Histórica do Instituto no Brasil..... | 357 |
| 15.3. Forma do Contrato..... | 359 |
| 15.4. A Irretratabilidade da Promessa..... | 360 |
| 15.5. A Mora do Compromissário Comprador. Vedação da Cláusula Resolutiva Expressa..... | 361 |
| 15.6. Cláusula de Perdimento ou Decaimento..... | 362 |
| 15.7. Necessidade de Outorga Conjugal..... | 366 |
| 15.8. Possibilidade de Oposição de Embargos de Terceiros Possuidores Independente do Registro no Cartório Imobiliário..... | 366 |
| 15.9. Tutela Processual do Compromissário Comprador para a Outorga da Escritura Definitiva..... | 368 |
| 15.10. Desnecessidade do Registro do Compromisso de Compra e Venda para a Adjudicação Compulsória..... | 370 |
| 15.11. Compromisso de Compra e Venda Quitado com Emissão de Notas Promissórias em Caráter pro Soluta..... | 372 |
| Capítulo XVI – Direitos Reais de Garantia..... | 375 |
| 16.1. Introdução e Esboço Histórico..... | 375 |
| 16.2. Conceito..... | 376 |
| 16.3. Efeitos Jurídicos..... | 377 |
| A) Seqüela..... | 377 |
| B) Preferência..... | 378 |
| C) Exeqüibilidade da Dívida com Garantia Real..... | 379 |
| D) Vedação ao Pacto Comissório..... | 381 |
| E) Indivisibilidade..... | 382 |
| F) Acessoriedade..... | 384 |
| G) Sub-Rogação..... | 384 |
| 16.4. Requisitos..... | 384 |
| A) Requisito Subjetivo..... | 385 |
| B) Requisito Objetivo..... | 387 |
| C) Requisitos Formais..... | 388 |
| 16.5. Vencimento Antecipado da Dívida..... | 389 |
| A) Deterioração e Depreciação do Objeto da Garantia Real..... | 389 |
| B) Bens Gravados com Garantia Real Penhorados por Outra Obrigação..... | 390 |
| C) Insolvência ou Falência..... | 390 |
| D) Inadimplemento do Devedor..... | 390 |
| E) Perecimento do Objeto da Garantia Real..... | 391 |
| F) Desapropriação do Objeto da Garantia Real..... | 391 |
| G) Alienação de Imóvel Empenhado..... | 392 |

| | |
|---|-----|
| H) Vedação ao Enriquecimento sem Causa no Vencimento Antecipado da Dívida | 392 |
| I) Escusa do Terceiro Garantidor | 392 |
| Capítulo XVII – Do Penhor | 395 |
| 17.1. Penhor Comum: Conceito, Características e Requisitos | 395 |
| 17.2. Direitos do Credor Pignoratício | 397 |
| A) Posse Direta da Coisa Empenhada | 397 |
| B) Direito de Retenção | 397 |
| C) Responsabilidade Civil pelo Fato da Coisa | 398 |
| D) Direito à Execução Judicial | 398 |
| E) Venda Amigável do Bem | 398 |
| F) Apropriação dos Frutos | 398 |
| G) Venda Antecipada do Bem | 398 |
| 17.3. Obrigações do Credor Pignoratício | 399 |
| A) Dever de Custódia | 399 |
| B) Dever de Ressarcimento | 400 |
| C) Defesa da Posse | 400 |
| D) Dever de Restituição | 400 |
| E) Entregar ao Devedor o Valor que Exceder à Dívida | 401 |
| 17.4. Da Extinção do Penhor | 401 |
| A) Extinção da Obrigação | 401 |
| B) Perecimento da Coisa | 401 |
| C) Renúncia do Credor Pignoratício | 402 |
| D) Confusão | 402 |
| E) Adjudicação Judicial do Bem Empenhado, Remição da Dívida e Venda da Coisa Amigável | 402 |
| F) Pela Resolução da Propriedade | 402 |
| G) Reivindicação do Bem Empenhado | 403 |
| H) Prescrição da Dívida | 403 |
| 17.5. Penhor Rural | 403 |
| 17.5.1. Subpenhor Rural | 406 |
| 17.5.2. Cédula Rural Pignoratícia | 406 |
| 17.5.3. Prisão Civil do Devedor Pignoratício no Penhor Rural | 407 |
| 17.5.4. Do Penhor Agrícola | 407 |
| 17.6. Do Penhor Pecuário | 409 |
| 17.7. Do Penhor Industrial e Mercantil | 409 |
| 17.8. Do Penhor de Direitos e Títulos de Crédito | 411 |
| 17.8.1. Modos de Constituição do Penhor de Títulos de Crédito | 414 |
| 17.8.2. Prioridade do Credor Pignoratício | 414 |
| 17.9. Do Penhor de Veículos | 415 |
| 17.9.1. Cédula Pignoratícia Veicular | 417 |
| 17.9.2. Obrigatoriedade do Seguro | 417 |
| 17.9.3. Prazo Máximo do Penhor de Veículos | 418 |

| | |
|---|------------|
| 17.10. Do Penhor Legal | 418 |
| 17.10.1. Penhor Legal no Contrato de Hospedagem e o Código de Defesa do Consumidor | 421 |
| 17.10.2. Penhor Legal para Garantir Crédito Locatício Residencial..... | 422 |
| Capítulo XVIII – Da Hipoteca | 425 |
| 18.1. Introdução | 425 |
| 18.2. Conceito..... | 425 |
| 18.3. Natureza Jurídica..... | 427 |
| 18.4. Objeto da Hipoteca | 428 |
| 18.5. Características..... | 429 |
| A) Extensibilidade | 429 |
| B) Acessoriedade | 431 |
| C) Seqüela | 431 |
| D) Publicidade..... | 432 |
| E) Indivisibilidade | 432 |
| 18.6. Requisitos Formais | 432 |
| A) Especialização..... | 433 |
| B) Registro | 434 |
| 18.7. Hipoteca Constituída com Vistas à Implementação de um Loteamento ou Condomínio Edilício..... | 437 |
| 18.8. Perempção da Hipoteca | 437 |
| 18.9. Pluralidade de Hipotecas | 438 |
| 18.10. Abandono Liberatório do Imóvel Hipotecado | 439 |
| 18.11. Remição da Hipoteca pelo Credor Sub-Hipotecário..... | 440 |
| 18.12. Remição da Hipoteca pelo Adquirente..... | 441 |
| 18.13. Remição do Bem Hipotecado | 442 |
| 18.14. Hipoteca Censual | 443 |
| 18.15. Hipoteca Legal..... | 444 |
| 18.16. Extinção da Hipoteca | 448 |
| 18.16.1. Extinção da Obrigação Principal..... | 448 |
| 18.16.2. Pelo Perecimento da Coisa | 449 |
| 18.16.3. Pela Resolução da Propriedade | 450 |
| 18.16.4. Pela Renúncia do Credor..... | 450 |
| 18.16.5. Pela Remição | 450 |
| 18.16.6. Pela Arrematação ou Adjudicação | 451 |
| 18.17. Hipoteca de Vias Férreas | 451 |
| Capítulo XIX – Anticrese | 455 |
| 19.1. Conceito e Características..... | 455 |
| 19.2. Direitos e Deveres do Credor Anticrético | 456 |
| 19.3. Remição | 456 |
| Capítulo XX – Alienação Fiduciária em Garantia de Bem Móvel | 459 |
| 20.1. Referência Histórica do Instituto e sua Evolução no Direito Brasileiro..... | 459 |

| | |
|--|------------|
| 20.2. Conceito, Natureza e Efeitos Jurídicos | 461 |
| 20.3. Institutos Afins | 465 |
| A) Negócio Fiduciário e Negócio Simulado | 465 |
| B) Compra e Venda com Reserva de Domínio | 467 |
| C) Arrendamento Mercantil Financeiro (Leasing Financeiro) | 468 |
| 20.4. Requisitos..... | 469 |
| 20.5. A Mora do Devedor Fiduciante e Seus Efeitos..... | 473 |
| 20.6. Tutela Processual do Credor Fiduciário | 478 |
| 20.7. Pacto Comissório..... | 479 |
| 20.8. A Venda Extrajudicial do Bem Recuperado pelo Credor Fiduciário | 481 |
| 20.9. Equiparação do Devedor Fiduciante ao Depositário e Prisão do Depositário Infel..... | 481 |
| Capítulo XXI – Alienação Fiduciária em Garantia de Bem Imóvel | 491 |
| Referências Bibliográficas | 497 |